NEOLIBERALISMO, INDÚSTRIA E DISTRIBUIÇÃO: UM ESTUDO À LUZ DA FORÇA DO TRABALHO PARA A INDÚSTRIA BRASILEIRA

Filipe Eich[1]
Alessandro Donadio Miebach[2]

Resumo

Este trabalho analisa a dinâmica da distribuição funcional da renda na indústria brasileira no período de 2003 a 2022, à luz das transformações macroeconômicas e institucionais associadas ao neoliberalismo que ocorreram na década de 1990 no país. Partindo do debate sobre desindustrialização e reconfiguração produtiva, o estudo investiga a evolução da participação da remuneração do trabalho na renda industrial e a dinâmica da força do trabalho, com base na abordagem proposta por Weisskopf (1979). A partir de dados da Pesquisa Industrial Anual (PIA-Empresa/IBGE), são examinadas, de forma complementar, a trajetória da parcela salarial e a relação entre salários e produtividade, permitindo identificar episódios de ofensiva e defensiva dos trabalhadores ao longo do período. Os resultados indicam que a participação da remuneração do trabalho na renda industrial apresentou trajetória de elevação ao longo dos anos 2000 e início da década de 2010, seguida por uma inflexão e posterior tendência de declínio nos anos subsequentes à crise de 2014 e à ruptura política de 2016. Em termos da dinâmica da força do trabalho, observa-se uma predominância de episódios de ofensiva até meados da década de 2010, associada a um crescimento dos salários reais superior ao da produtividade, seguida por um período marcado majoritariamente por situações de defensiva, em um contexto de recuperação da lucratividade e reconfiguração das relações distributivas. Dessa forma, os resultados obtidos oferecem evidências em grande medida consistentes com as hipóteses do estudo, contribuindo para o debate sobre distribuição de renda, lucratividade e indústria no Brasil, bem como para a aplicação da abordagem de Weisskopf a economias emergentes.

Palavras-chave: indústria brasileira; distribuição; neoliberalismo; força do trabalho.

[1] Mestre e Doutorando em Economia pelo Programa de Pós-graduação em Economia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - PPGE/UFRGS. E-mail: filipe.eich@gmail.com
[2] Professor do PPGE/UFRGS. E-mail: aledonadio@gmail.com

Abstract

This paper analyzes the dynamics of the functional distribution of income in the Brazilian industrial sector between 2003 and 2022, in light of the macroeconomic and institutional transformations associated with neoliberal reforms implemented in the 1990s. Building on the debate on deindustrialization and structural change, the study investigates the evolution of labor income share in industrial output and the dynamics of labor strength, based on the framework proposed by Weisskopf (1979). Using data from the Annual Industrial Survey (PIA-Empresa/IBGE), the analysis examines both the trajectory of the wage share and the relationship between wages and productivity, allowing for the identification of episodes of offensive and defensive positions of labor over time. The results indicate that the labor share in industrial income followed an upward trajectory throughout the 2000s and early 2010s, reaching a peak before declining in the aftermath of the 2014 crisis and the political rupture of 2016. Regarding labor strength dynamics, the findings suggest a predominance of offensive episodes until the mid-2010s, associated with real wage growth outpacing productivity, followed by a period largely characterized by defensive positions, in a context of profit recovery and reconfiguration of distributive relations. Overall, the results provide evidence largely consistent with the study's hypotheses and contribute to the literature on income distribution, profitability, and industrial dynamics in Brazil, as well as to the application of Weisskopf's framework to emerging economies.

Keywords: Brazilian industry; income distribution; neoliberalism; labor strength.

Área temática: 8 - Acumulação, indústria e transformação tecnológica

1. Introdução

O debate sobre industrialização no Brasil, a existência de um processo de desindustrialização e a importância deste setor para a produção e distribuição no aspecto da renda nacional estão longe de consensos na literatura do campo da economia brasileira nas últimas décadas. A partir das reformas neoliberais dos anos 1990, descritas pela literatura ortodoxa como "estabilizadoras", verifica-se uma queda significativa da participação industrial no PIB brasileiro, sem recuperação ao nível anteriormente observado. Este fenômeno, apesar da falta de consensos, reflete-se em indicadores concretos: conforme IPEA (2025), os últimos valores mais elevados da série histórica representam 40% do PIB em 1994 e depois 28,63% do PIB em 2004, para os valores de participação total da indústria. O recuo em questão aponta não apenas a reconfiguração da estrutura produtiva brasileira como também coloca em voga discussões sobre o setor industrial no que tange às relações entre emprego e renda como desdobramento deste processo.

Nesse contexto, as reformas associadas ao Consenso de Washington no Brasil - marcadas por abertura comercial, desregulamentação e transformações na condução da política macroeconômica brasileira - tiveram impactos que extrapolam a estabilização monetária, afetando também a dinâmica produtiva e distributiva da economia.

No período posterior, em especial entre 2003 e meados da década de 2010, observa-se uma inflexão parcial nesse processo, em um contexto de crescimento econômico e de políticas que favoreceram a elevação dos salários e a ampliação do mercado interno. Contudo, esse movimento foi interrompido por uma crise econômica e política que se intensifica a partir de 2014 e culmina em uma ruptura institucional e um golpe político em 2016. Conforme argumentam Marquetti, Hoff e Miebach (2020), esse período de ruptura política culmina de uma trajetória de queda da taxa de lucro na economia brasileira, vinculada à redistribuição da renda em favor do trabalho, o que contribui para a intensificação dos conflitos distributivos. Nos anos subsequentes, observa-se a implementação de um conjunto de reformas de orientação neoliberal, incluindo a reforma trabalhista de 2017 (Brasil, 2017), em um contexto de reconfiguração das relações entre capital e trabalho no Brasil.

Diante desse cenário, torna-se relevante investigar a dinâmica da distribuição de renda sob diferentes segmentos e perspectivas a partir das reformas neoliberais implementadas nos anos 1990 no Brasil - sobretudo para a indústria, que reduziu sua participação na produção nacional a partir do período em questão. Assim, este trabalho tem como objetivo analisar a trajetória da participação da remuneração do trabalho na renda industrial e a dinâmica da força do trabalho na indústria brasileira entre 2003 e 2022, à luz da abordagem proposta por Weisskopf (1979). Em particular, busca-se

avaliar em que medida a dinâmica distributiva esteve associada a episódios de ofensiva e defensiva da força do trabalho, entendidos como variações relativas entre salários e produtividade.

O estudo analisa duas hipóteses centrais testadas neste trabalho: (1) após as reformas neoliberais da década de 1990, a participação da remuneração do trabalho na renda industrial apresentou trajetória de elevação ao longo da primeira década dos anos 2000, passando posteriormente a declinar após a ruptura política de 2016 e a retomada de uma agenda de reformas de orientação neoliberal; (2) a dinâmica distributiva da indústria brasileira foi marcada por episódios de ofensiva da força do trabalho na década de 2000 até a ruptura política de 2016, seguidos por um período de predominância de situações de defensiva dos trabalhadores associadas a retomada de uma agenda de reformas de orientação neoliberal.

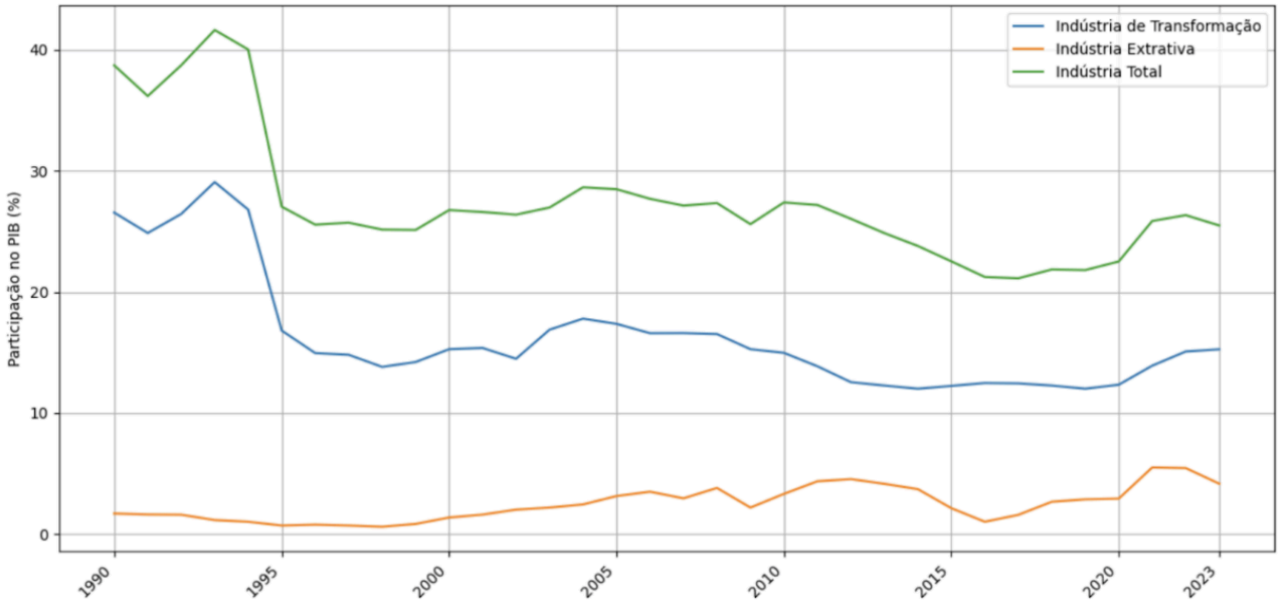
Além de contribuir com evidências empíricas para o debate sobre renda e desindustrialização no Brasil - que ganha ainda maior relevância em contexto de retomada de políticas industriais no Brasil com o retorno do governo Lula em seu terceiro mandato (Brasil, 2024) - este trabalho dialoga com a literatura que relaciona lucratividade, distribuição e crise na economia brasileira (Marquetti, Hoff e Miebach, 2020; Martins; Rugitsky, 2021), ao incorporar a análise da força do trabalho no âmbito do setor industrial. Ademais, busca-se avançar na aplicação da abordagem de Weisskopf (1979) a economias emergentes, agenda ainda pouco explorada na literatura.

Para alcançar os objetivos propostos, este trabalho estrutura-se, além desta introdução, a partir de uma seção que abarca considerações sobre neoliberalismo e indústria no Brasil (Seção 2), seguida da descrição da fundamentação teórica do estudo (Seção 3) e da descrição dos dados e metodologia utilizados (Seção 4). Na sequência, são apresentados os resultados para a dinâmica da distribuição funcional da renda (Seção 5) e para a dinâmica da força do trabalho (Seção 6), finalizando com as considerações finais (Seção 7).

2. Considerações sobre neoliberalismo e indústria no Brasil: uma discussão em aberto

A trajetória da indústria desempenha um papel central atrelado à produção nacional no Brasil, chegando a alcançar 47,97% de participação no PIB em 1985, conforme dados disponibilizados pelo IPEA (2025). Entretanto, esta componente tem apresentado uma tendência de queda ao longo das últimas décadas, sobretudo após as reformas macroeconômicas implementadas a partir da década de 1990 no país, conforme demonstra o Gráfico 1.

Gráfico 1 - Participação da indústria no PIB (1990 a 2023)



Fonte: IPEA (2025).

O Gráfico 1 aponta a tendência de declínio da participação da indústria no PIB entre 1990 e 2023, apesar de não ocorrer de forma homogênea entre diferentes segmentos. Evidencia-se de forma significativa que a indústria de transformação - cuja trajetória pauta os índices da indústria como um todo - tem sofrido uma redução expressiva em sua participação relativa especialmente durante a década de 1990. A literatura ortodoxa aponta como "estabilizadoras" o conjunto de medidas macroeconômicas adotadas durante o período, com destaque para a implementação do Novo Consenso Macroeconômico alinhado ao Consenso de Washington no Brasil (Williamson, 1990).

Por outra perspectiva, o período alinha-se a um padrão que pode ser caracterizado por uma reprimarização da economia, com implicações sobre a capacidade de crescimento e desenvolvimento sustentado no país. Conforme Banco Central do Brasil (2023) e Câmara dos Deputados (2023), durante a implementação do Plano Real, a partir de 1994, a inflação no Brasil reduziu expressivamente levando em conta as taxas que chegaram a acumular 4.922% nos 12 meses anteriores ao lançamento da nova moeda. Entretanto, a condução do plano priorizou a estabilização monetária em detrimento de políticas de estímulo ao crescimento econômico. Como resultado, a economia brasileira não conseguiu impulsionar seu crescimento de forma sustentada, permanecendo desafios nesse sentido até os dias atuais.

Considerando os efeitos apenas sobre a indústria de transformação, Ramos (2002) aponta que houve a redução de aproximadamente 600 mil postos de trabalho no setor, em termos líquidos,

no recorte de tempo de 1991 a 2001. Para Belluzzo (2015), acerca dos impactos do neoliberalismo dos anos 1990 sobre a indústria no Brasil destaca-se que

> [...] a abertura comercial com câmbio valorizado e juros altos suscitou o desaparecimento de elos das cadeias produtivas na indústria de transformação, com perda de valor agregado gerado no país, decorrente da elevação dos coeficientes de importação em cada uma das cadeias de produção. Com essa estratégia, o crescimento foi pífio (p. 170-171).

Dessa forma, embora a literatura ortodoxa interprete as reformas macroeconômicas da década de 1990 sobretudo a partir de "efeitos estabilizadores", as implicações desse conjunto de medidas sobre a política industrial, a estrutura produtiva e a própria trajetória da indústria brasileira permanecem objeto de debate na literatura. Em particular, os efeitos dessas transformações sobre o crescimento econômico, a dinâmica produtiva de maneira mais ampla e as relações distributivas no interior da economia mantêm a discussão em aberto e reforçam a importância de examinar com maior atenção o período posterior à implementação das medidas neoliberais dos anos 1990 no Brasil.

3. Fundamentação teórica: Força crescente do trabalho, crises e dinâmica de distribuição

Na tradição marxista, a distribuição de rendimentos entre salários e lucros está conjugada à dinâmica da lucratividade em uma economia capitalista. Conforme apresentam Marquetti, Hoff e Miebach (2020), a compreensão da relação da distribuição, a cada conjuntura, ganha destaque na análise para interpretação de crises e desequilíbrios macroeconômicos no que se relaciona ao fortalecimento ou não da capacidade de disputa dos trabalhadores por maiores salários, em detrimento de fatias dos lucros da renda total, em uma dinâmica que reflete a luta de classes.

Em consonância com a linha seguida pelos autores, Weisskopf (1979) descreve a força crescente do trabalho como uma segunda variante das crises em uma economia capitalista, através da ótica marxista, sendo apresentada a composição orgânica crescente do capital como a primeira. Martins e Rugitsky (2021) aplicam a estrutura teórica proposta pelo autor à economia brasileira como um todo para analisar uma compressão cíclica dos lucros no período entre 2009 e 2014, sustentando que são escassos os estudos que aplicam esta metodologia - especialmente a países que não os Estados Unidos, como em Cámara Izquierdo (2013) - e sustentam uma agenda de estudos que inclui a decomposição de ganhos sobre variações de salários e produtividade do trabalho.

Considerando a estrutura teórica proposta por Weisskopf (1979), no aspecto da renda nacional este elemento tem por desdobramento a dinâmica da distribuição entre capital e trabalho,

sendo apontado o uso da distribuição funcional da renda para expressar a parcela dos salários sobre a renda nacional, correspondente a:

$$\sigma_w = \frac{W}{Y} \qquad (I)$$

Já Duménil e Lévy (1993) ampliam a discussão a nível setorizado para uma economia, destacando a complexa rede de interações entre taxa de lucro, mudança tecnológica e salários. Os autores argumentam que há uma inter-relação entre estes elementos que influencia também diferenças na distribuição setorial da renda, já que setores com intensidade tecnológica diferenciada tendem a apresentar diferentes padrões de distribuição entre salários e lucros, o que implica em crises associadas a desajustes setoriais advindas de dinâmicas setoriais próprias, indicando estas enquanto possível objeto de análise.

Por fim, destaca-se que Weisskopf (1979) introduz ainda, em seu exame sobre crises em uma economia capitalista, duas distinções para a luta distributiva na perspectiva dos trabalhadores: quando estes conseguem aumentar seus salários acima do crescimento da produtividade, podem ser classificados como “em ofensiva", fortalecendo sua posição na disputa pela renda; em outra medida, quando os salários reais não acompanham a produtividade, e a participação dos lucros aumenta devido a mudanças nos preços relativos, os trabalhadores são considerados pelo autor como "na defensiva". Assim, mesmo que a parcela salarial na renda aumente, isso pode ocorrer em um contexto de perda de poder de compra. Nesse sentido, a expressão matemática apresentada pelo autor como variante RSL (*Rising strength of labour*), “tanto em sua forma cíclica quanto de longo prazo, concentra a atenção no comportamento inter-relacionado de salários, produtividade e preços” (p. 345), a nível de cálculo para renda nacional. Neste trabalho, adaptada ao cálculo setorial, pode ser descrita por:

$$\Delta_{RSL} = \frac{\overline{W}}{\overline{Y}} = \frac{P_w . W}{P_y . Y} \qquad (II)$$

Representando, para cada setor, $\overline{W}$ a variação real do salário médio (e W o valor nominal do salário médio), $\overline{Y}$ a variação real da produtividade média (e Y o valor nominal da produtividade média) e ainda P_w e P_y os deflatores a nível de salários e produção, respectivamente. O autor enfatiza, por fim, que a capacidade dos trabalhadores em proteger sua posição é um indicador de sua força relativa, mesmo em cenários adversos.

4. Descrição dos dados e metodologia utilizados

Para a análise da dinâmica da distribuição funcional da renda no setor da indústria no Brasil, foi utilizada a base de dados da Pesquisa Industrial Anual - Empresa (PIA-Empresa), disponibilizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), abrangendo o período de 2003 a 2022.

A PIA-Empresa fornece informações detalhadas sobre o valor de transformação industrial (VTI), o número de ocupados e a massa salarial paga anualmente pelas empresas industriais. O VTI foi adotado neste estudo como a medida representativa da produção setorial, por expressar o valor gerado no processo produtivo após a dedução dos custos com insumos e serviços industriais.

No que se refere ao número de trabalhadores e à remuneração do trabalho, optou-se por considerar os salários pagos exclusivamente aos trabalhadores ocupados ligados à produção em cada indústria, registrados em 31 de dezembro de cada ano. Essa delimitação exclui tanto os ocupados em funções administrativas ou auxiliares quanto os proprietários e empregadores (ocupados não ligados à produção), buscando maior precisão na análise da relação refinando trabalho produtivo enquanto aquele que gera valor na indústria. A partir dessas informações, foi aplicado o cálculo da distribuição funcional da renda para cada setor e para cada ano do período analisado, conforme expressão descrita a seguir.

$$\frac{W}{Q} = \frac{Salário\ Médio}{Produtividade\ por\ trabalhador} = \frac{\frac{Salário\ pago\ aos\ ocupados\ no\ setor}{nº\ de\ ocupados\ no\ setor}}{\frac{Valor\ de\ Tranf.\ Industrial\ no\ setor}{nº\ de\ ocupados\ no\ setor}} = \frac{Salário\ pago\ aos\ ocupados\ no\ setor}{Valor\ de\ Tranf.\ Industrial\ no\ setor} \qquad (III)$$

Em um segundo momento do trabalho, foi analisada a dinâmica da força do trabalho, conceito desenvolvido por Weisskopf (1979), que indica situações de ofensiva dos trabalhadores quando a variação do salário real supera a variação da produtividade real ou, caso contrário, de defensiva. Essa abordagem permite avaliar setorialmente, ano a ano, se os trabalhadores conseguiram avançar na disputa distributiva ou se se mantiveram em uma posição defensiva.

Para a aplicação desse cálculo, os dados do ano de 2002 foram incorporados apenas como referência inicial para possibilitar a mensuração das variações reais a partir de 2003 até 2022. A comparação anual setorial da indústria foi realizada com base nos dados da PIA-Empresa/IBGE, complementada com séries de preços para deflacionamento dos indicadores.

Para calcular o deflator dos salários, foi utilizado o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), indicador oficial da inflação no Brasil, calculado mensalmente pelo IBGE com base em uma cesta de bens e serviços consumidos pelas famílias com rendimento de 1 a 40 salários mínimos nas principais regiões metropolitanas do país.

Já para deflacionar a produtividade, optou-se por utilizar o Índice de Preços ao Produtor Amplo (IPA), da Fundação Getulio Vargas (FGV), cuja mensuração está disponível desde 1947. Este índice foi adotado como deflator único tanto para a indústria. Portanto, com base nesses dados, foi aplicada a fórmula adaptada da proposta original de Weisskopf (1979), considerando as variações reais dos salários e da produtividade a nível setorial ao longo do período analisado

$$\Delta_{RSL} = \frac{\overline{W}}{\overline{Y}} = \frac{\Delta\, ano;\, ano{-}1\ (P_{IPCA}\,.\,W/n)}{\Delta\, ano;\, ano{-}1\ (P_{IPA}\,.\,Y/n)} \qquad \textit{(IV)}$$

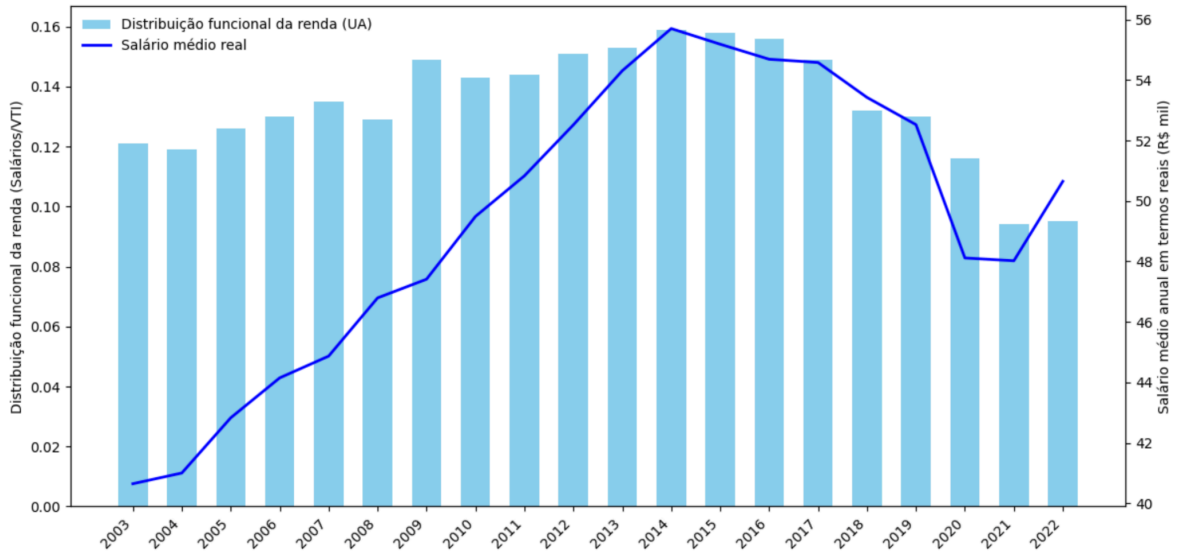
Assim, foram aplicados os dados às expressões em questão, obtendo os resultados detalhados na seção seguinte.

5. Resultados para dinâmica da distribuição funcional da renda

Inicialmente, os valores encontrados para a distribuição funcional da renda, calculados ano a ano, evidenciam mudanças relevantes na participação da remuneração do trabalho na renda gerada pela indústria brasileira ao longo do período analisado. De forma geral, observa-se uma trajetória de crescimento da parcela destinada aos salários durante os primeiros anos da série, seguida por uma inflexão e posterior redução dessa participação na segunda metade do período.

O Gráfico 2 ilustra a evolução do índice U (definido como U = W/Y), que relaciona a remuneração dos trabalhadores à produção total da indústria, contrastando essa dinâmica com a evolução do salário médio real por trabalhador ao longo de todo o período analisado. Ressalta-se que a análise das variações do salário real será retomada na seção seguinte para avaliar a dinâmica da força do trabalho.

Gráfico 2 - Distribuição funcional da renda e salário médio, em termos reais, para a indústria brasileira (2003-2022)



Fonte: Autoria própria, a partir de dados da PIA-Empresa/IBGE (2025).

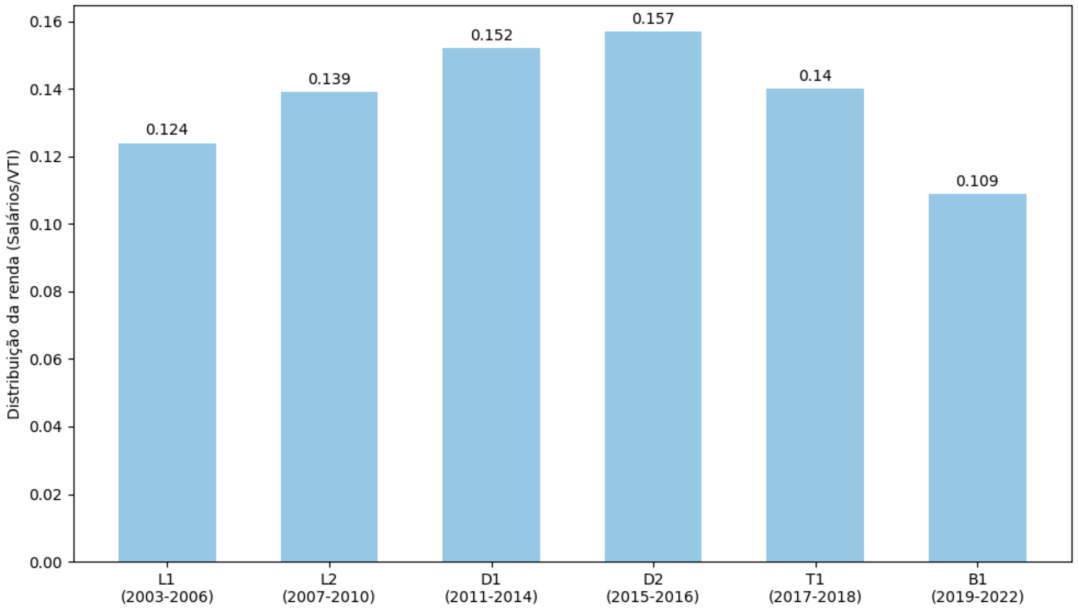
Conforme indicado no Gráfico 2, observa-se inicialmente uma tendência de aumento da participação dos salários na renda industrial entre 2003 e 2014. Ao longo desse período, o índice U apresenta trajetória relativamente ascendente, alcançando seu valor máximo em 2014, momento em que a parcela da renda destinada aos trabalhadores ligados à produção industrial atinge aproximadamente 16% do valor de transformação industrial. Esse movimento ocorre em paralelo ao crescimento do salário médio real, que também se eleva de forma consistente durante a maior parte desse intervalo. Também destaca-se no período uma variação superior nos salários pagos em relação à distribuição, o que será explorado na seção seguinte.

A partir de 2015, entretanto, verifica-se uma inflexão na trajetória da distribuição funcional da renda na indústria. O índice U passa a apresentar uma tendência de queda ao longo dos anos seguintes, indicando uma redução relativa da participação da remuneração do trabalho na produção industrial. Esse movimento se intensifica em especial após a crise econômica e política que se consolida a partir de 2014, período que coincide com o valor mínimo alcançado para a queda da lucratividade no Brasil em 2015, que retoma uma trajetória de ascenção a partir de 2016, conforme apontado por Marquetti, Hoff e Miebach (2020).

Nos anos mais recentes da série, observa-se a continuidade dessa tendência de redução relativa da parcela salarial, com o índice atingindo patamares inferiores aos observados na primeira metade do período analisado. O índice U atinge o mínimo da série com 9,4% em 2021, durante a pandemia, com recuperação relativa posterior à pandemia em 2022. Ainda que o salário médio real apresente oscilações ao longo desses anos, a dinâmica da distribuição indica uma perda relativa da participação do trabalho na renda industrial.

Em outra perspectiva, o Gráfico 3 apresenta a média da distribuição funcional da renda na indústria brasileira para cada período de governo ao longo do intervalo analisado. Essa forma de apresentação permite observar como a participação da remuneração do trabalho na renda industrial se comporta em diferentes contextos políticos e macroeconômicos.

Gráfico 3 - Média da distribuição funcional da renda para a indústria brasileira por Governo (2003-2022)



Fonte: Autoria própria, a partir de dados da PIA-Empresa/IBGE (2025).

Em conformidade com o Gráfico 3, é possível apontar que o contexto político associa-se a diferenças significativas nos resultados, combinado com a estrutura de cada indústria na configuração da distribuição funcional da renda.

Conforme indicado no Gráfico 3, observa-se inicialmente uma trajetória de aumento gradual da participação dos salários na renda industrial ao longo dos primeiros governos analisados. A média do índice U passa de 0,124 no primeiro governo Lula (2003-2006) para 0,139 no segundo governo Lula (2007-2010), alcançando valores ainda mais elevados durante o primeiro governo Dilma (2011-2014), quando a participação da remuneração do trabalho atinge média de 0,152, momento que associa-se a um período de redução da lucratividade no Brasil (Marquetti, Hoff e Miebach, 2020). Já no segundo governo Dilma (2015-2016) apresenta o maior valor médio da série (0,157), ainda refletindo a dinâmica distributiva construída no período anterior, embora já inserido em um contexto de desaceleração econômica e intensificação da crise política.

A partir do governo Temer (2017-2018), entretanto, observa-se uma reversão dessa tendência. A média da participação dos salários na renda industrial passa a apresentar redução em relação aos períodos anteriores, movimento que se aprofunda durante o governo Bolsonaro

(2019-2022), quando o índice atinge o menor valor médio da série (0,109). Esse resultado indica uma diminuição relativa da parcela da renda destinada ao trabalho no setor industrial nos anos mais recentes do período analisado. Sobretudo, destaca-se que, em para o segmentos da indústria, os índices de distribuição iniciam uma trajetória de declínio posterior à derrubada do segundo governo Dilma (D2) alcançando patamares não identificados anteriormente no período analisado no governo Bolsonaro (B1).

Assim, após uma trajetória majoritariamente de ascensão na primeira década dos anos 2000, embora a inflexão na trajetória da distribuição funcional da renda para o setor industrial já possa ser observada a partir do segundo governo Dilma, em um contexto de desaceleração econômica e intensificação da crise política, é sobretudo no período posterior à ruptura política de 2016 que se consolida um movimento mais pronunciado de redução da participação do trabalho na renda industrial. Esse processo ocorre em paralelo à retomada da trajetória da taxa de lucro na economia brasileira após o vale observado em 2015 (Marquetti, Hoff e Miebach, 2020), indicando uma reconfiguração da dinâmica distributiva no interior do setor industrial.

Nesse sentido, os resultados apresentados nesta seção oferecem evidências iniciais em consonância com a primeira hipótese do estudo, segundo a qual a parcela da renda destinada ao trabalho na indústria teria apresentado trajetória de elevação ao longo dos anos 2000 e início da década de 2010, passando posteriormente a declinar no período subsequente à ruptura política e institucional observada a partir de 2016.

6. Resultados para dinâmica ofensiva e defensiva da força do trabalho

A análise proposta por Weisskopf (1979) acerca da força do trabalho, entendida como a capacidade dos trabalhadores de influenciar a relação entre salários e produtividade, constitui um instrumento relevante para compreender a dinâmica da luta distributiva em uma economia capitalista. A partir dessa abordagem, a força relativa do trabalho pode ser observada por meio da comparação entre a variação real dos salários e a variação real da produtividade do trabalho.

Nesta seção, os resultados expressos na Tabela 1 - obtidos a partir da aplicação da variante RSL - comparam, ano a ano, a variação real dos salários à variação real da produtividade do trabalho na indústria brasileira entre 2003 e 2022. Para isso, as variações foram ajustadas pelos respectivos deflatores, conforme descrito na seção metodológica.

Tabela 1 - Resultados para a força do trabalho na indústria brasileira (2003-2022)

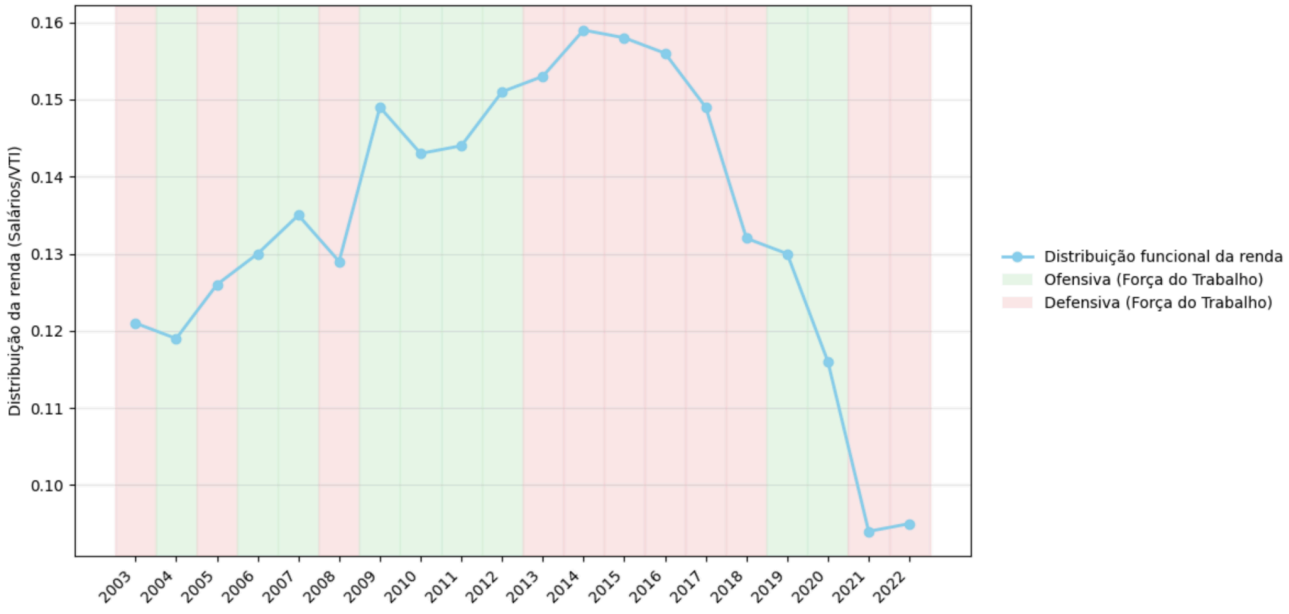
ANO	GOV	SAL MED	VTI MED	ΔSMR	ΔPR	RSL
2002	F2	11,538	94,541	-	-	-
2003	L1	12,763	105,287	1,21%	4,81%	DEF.
2004	L1	13,853	116,030	0,87%	-3,90%	OF.
2005	L1	15,293	121,570	4,45%	5,80%	DEF.
2006	L1	16,260	125,152	3,08%	-1,29%	OF.
2007	L2	17,261	127,448	1,63%	-6,95%	OF.
2008	L2	19,065	147,660	4,29%	5,52%	DEF.
2009	L2	20,150	135,460	1,32%	-4,36%	OF.
2010	L2	22,275	156,219	4,38%	1,30%	OF.
2011	D1	24,367	169,339	2,71%	4,11%	DEF.
2012	D1	26,645	175,924	3,31%	-4,80%	OF.
2013	D1	29,182	191,054	3,41%	3,36%	OF.
2014	D1	31,849	200,759	2,57%	2,87%	DEF.
2015	D2	34,922	221,464	-0,93%	-0,90%	DEF.
2016	D2	36,783	236,466	-0,90%	-0,89%	DEF.
2017	T1	37,792	254,382	-0,20%	10,36%	DEF.
2018	T1	38,378	289,835	-2,12%	4,77%	DEF.
2019	B1	39,356	302,472	-1,68%	-4,81%	OF.
2020	B1	37,681	326,040	-8,40%	-18,17%	OF.
2021	B1	41,392	438,070	-0,19%	11,37%	DEF.
2022	B1	46,182	488,250	5,47%	6,45%	DEF.

Fonte: Autoria própria, a partir de dados da PIA-Empresa/IBGE (2025), IBGE (2025) e FGV (2025).

Destaca-se na Tabela 1 os resultados desse cálculo para todo o período analisado, incluindo indicadores como o salário médio real (SAL MED), a produtividade média do trabalho medida pelo valor de transformação industrial por trabalhador (VTI MED), bem como as variações reais desses indicadores em relação ao ano anterior (ΔSMR e ΔPR). Com base nesses valores, cada ano é classificado como situação de ofensiva (OF.) ou defensiva (DEF.) da força do trabalho, conforme o critério estabelecido por Weisskopf (1979). O ano de 2002, que não integra o recorte temporal da análise, é utilizado apenas como base para o cálculo das variações observadas a partir de 2003.

A dinâmica dessas relações ao longo do período pode ser observada de forma mais clara no Gráfico 4, que apresenta a evolução da distribuição funcional da renda na indústria brasileira ao longo do tempo, combinada com a classificação anual da força do trabalho entre situações de ofensiva e defensiva.

Gráfico 4 - Dinâmica da distribuição funcional da renda e da força do trabalho para a indústria brasileira (2003-2022)



Fonte: Autoria própria, a partir de dados da PIA-Empresa/IBGE (2025).

A leitura conjunta da Tabela 1 e do Gráfico 4 permite identificar como as mudanças na força relativa do trabalho se articulam com a evolução da participação dos salários na renda industrial. Nos primeiros anos da série, observa-se uma alternância relativamente frequente entre situações de ofensiva e defensiva da força do trabalho, refletindo oscilações na relação entre crescimento salarial e produtividade. Ainda assim, ao longo da segunda metade da década de 2000 e início da década de 2010, verifica-se uma presença mais recorrente de episódios de ofensiva, período no qual a variação dos salários reais supera, em diversos momentos, o crescimento da produtividade do trabalho.

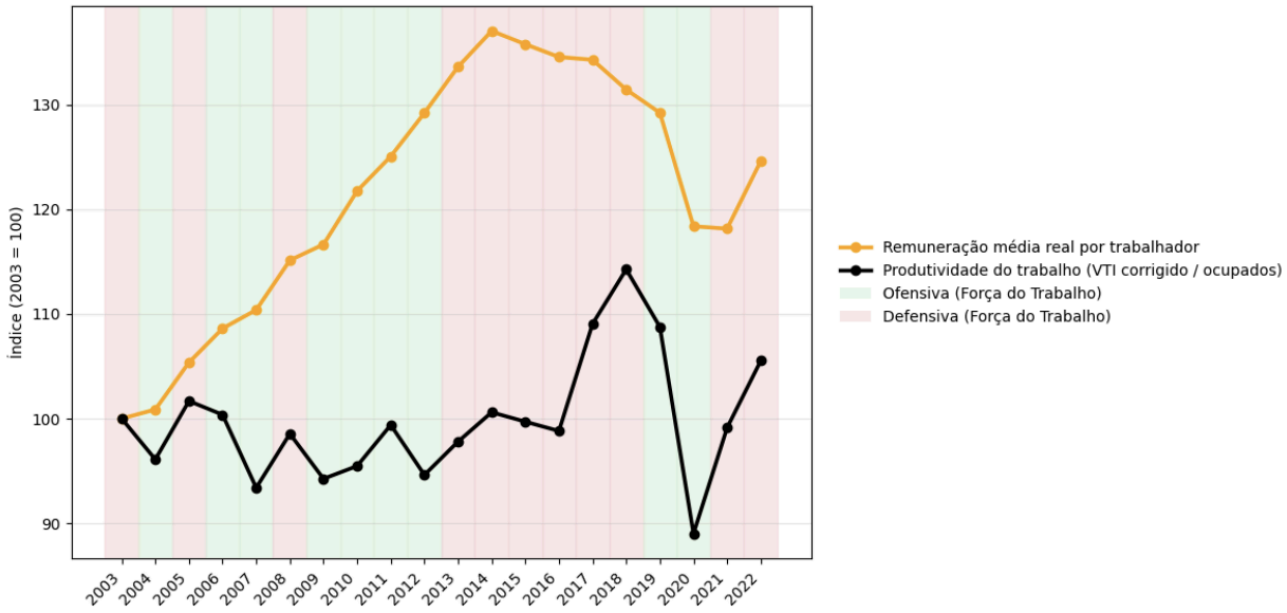
Esse comportamento coincide com a trajetória ascendente da distribuição funcional da renda observada no gráfico anterior, sugerindo um fortalecimento relativo da posição dos trabalhadores na disputa distributiva ao longo desse período. Entretanto, na década de 2010, observa-se uma mudança nessa dinâmica. Já em 2013 observa-se uma situação defensiva da Força de trabalho, com um ganho menor de salários em relação à produção, apesar da trajetória do salário real e da distribuição ainda se manter ascendente. Nos anos que se seguem à crise econômica e política que se intensifica a partir de 2014, passam a predominar situações classificadas como defensiva da força do trabalho, indicando momentos em que a variação da produtividade supera a variação dos salários ou em que os salários apresentam deterioração relativa.

Os anos associados ao período pandêmico também apresentam oscilações mais intensas, o que sugere impactos extraordinários da crise sanitária sobre a atividade econômica. Nesse contexto, observa-se que o ano de 2020 aparece classificado como situação de ofensiva da força do trabalho. Contudo, esse resultado não decorre de um crescimento expressivo da remuneração real dos

trabalhadores, mas sim de uma trajetória de queda acentuada da produtividade do trabalho, superior aos salários no período. Assim, a classificação de ofensiva nesse caso reflete sobretudo a contração mais intensa da produtividade em comparação à variação dos salários reais.

Essa dinâmica torna-se mais nítida ao se decompor e comparar diretamente os ganhos reais de salários e produtividade ao longo do período analisado. Para isso, o Gráfico 5 apresenta a evolução da remuneração média real dos trabalhadores e da produtividade do trabalho na indústria brasileira, ambas ajustadas pela inflação e indexadas ao ano inicial da série. Essa decomposição permite observar de forma mais precisa como as variações relativas entre salários e produtividade influenciam a classificação da força do trabalho entre situações de ofensiva e defensiva.

Gráfico 5 - Comparação da evolução entre remuneração real e produtividade do trabalho na indústria brasileira (2003-2022)



Fonte: Autoria própria, a partir de dados da PIA-Empresa/IBGE (2025), IBGE (2025) e FGV (2025).

A análise do Gráfico 5 revela que, ao longo da primeira parte do período analisado, especialmente entre 2003 e 2014, os salários reais apresentam uma trajetória de crescimento mais consistente do que a produtividade do trabalho. Enquanto a remuneração média real dos trabalhadores se eleva de forma quase contínua ao longo desse intervalo, a produtividade do trabalho apresenta comportamento mais instável, oscilando ao longo do período sem indicar um crescimento médio expressivo.

Desse modo, essa diferença torna-se particularmente evidente em 2014, quando o índice da remuneração real atinge 137,04, enquanto a produtividade do trabalho permanece em 100,61, resultando em uma diferença de 36,43 pontos no índice (2003 = 100) entre as duas séries. Esse resultado indica que, entre 2003 e 2014, os salários reais acumulam crescimento próximo a 37%,

enquanto a produtividade do trabalho praticamente não apresenta avanço no período em média.Essa divergência entre as trajetórias de salários e produtividade contribui para a ocorrência de episódios de ofensiva da força do trabalho e sugere um contexto de compressão da lucratividade na indústria brasileira ao longo desse intervalo, em consonância com a interpretação apresentada por Marquetti, Hoff e Miebach (2020) para a economia brasileira.

A partir de 2014, sobretudo, observa-se uma mudança nessa dinâmica. Embora os salários reais comecem a apresentar sinais de desaceleração e posterior queda, é sobretudo a partir de 2016 que se verifica uma elevação mais significativa da produtividade do trabalho na indústria. Esse movimento ocorre em paralelo a uma trajetória de redução relativa da remuneração do trabalho e coincide com um período de retomada da taxa de lucro na economia brasileira após o vale observado em 2015, conforme discutido por Marquetti, Hoff e Miebach (2020).

Esse processo também sugere associação a mudanças institucionais relevantes no mercado de trabalho brasileiro, entre as quais se destaca a reforma trabalhista (Brasil, 2017). Nesse contexto, o aumento relativo da produtividade combinado à redução da remuneração real dos trabalhadores contribui para a predominância de situações de defensiva da força do trabalho na segunda metade do período analisado, indicando uma reconfiguração da dinâmica distributiva no interior da indústria brasileira.

Em síntese, os resultados apresentados nesta seção indicam que a dinâmica da força do trabalho na indústria brasileira foi marcada por alternância entre episódios de ofensiva e defensiva ao longo do período analisado, com predominância de momentos de fortalecimento relativo da posição dos trabalhadores durante os anos 2000 e início da década de 2010. Esse comportamento está associado a uma trajetória de crescimento dos salários reais superior ao avanço da produtividade do trabalho, contribuindo para a ampliação da participação do trabalho na renda industrial observada nesse intervalo.

A partir da queda da lucratividade observada em meados da década de 2010 e da ruptura política ocorrida em 2016, entretanto, observa-se uma mudança nessa dinâmica. Nos anos subsequentes, passam a predominar situações de defensiva da força do trabalho, marcadas por maior crescimento relativo da produtividade ou deterioração da remuneração real dos trabalhadores. Dessa forma, os resultados obtidos oferecem evidências em grande medida consistentes com a segunda hipótese deste estudo, segundo a qual a dinâmica distributiva da indústria brasileira foi caracterizada por episódios de ofensiva da força do trabalho até meados da década de 2010, seguidos por um período de predominância de defensiva nos anos posteriores.

7. Considerações finais

As evidências apresentadas ao longo deste estudo indicam que a dinâmica da distribuição funcional da renda na indústria brasileira entre 2003 e 2022 apresenta mudanças relevantes ao longo do período analisado, associadas a transformações no contexto macroeconômico e institucional. Os resultados demonstram que a participação da remuneração do trabalho na renda industrial seguiu uma trajetória de elevação ao longo da primeira década dos anos 2000 e início da década de 2010, atingindo seu pico em meados do período, seguida por uma inflexão e posterior tendência de declínio nos anos subsequentes à ruptura política de 2016. Esse movimento sugere uma reconfiguração da dinâmica distributiva na indústria, em linha com a implementação de reformas de orientação neoliberal no período recente.

Além disso, os resultados indicam que a dinâmica distributiva da indústria brasileira foi marcada majoritariamente por episódios de ofensiva da força do trabalho ao longo dos anos 2000 e início da década de 2010, período no qual os salários reais cresceram de forma mais consistente do que a produtividade do trabalho. A partir de uma trajetória de queda da lucratividade acentuada na década de 2010, associada à trajetória da economia como um todo, verifica-se um ascenso seguido de predominância de situações de defensiva da força do trabalho, associadas a uma trajetória de recuperação da remuneração dos lucros em um contexto de redução relativa da remuneração real dos trabalhadores.

Nesse sentido, o exame sobre a distribuição funcional da renda demonstrou que a remuneração aos salários alcançou entre 9,4% (em 2021) e 15,9% (em 2014) no segmento da indústria. Os achados deste trabalho complementam em alguns aspectos o estudo de Marquetti, Hoff e Miebach (2020) e Martins e Rugitsky (2021) ao evidenciar que mudanças na dinâmica da taxa de lucro estão associadas a transformações na distribuição funcional da renda e na posição relativa do trabalho, agregando a dinâmica da dimensão setorial e suas diferenças e desajustes nos padrões de distribuição, como sugerido por Duménil e Lévy (1993).

O estudo reforça, ainda, a relevância desta abordagem setorial na análise das diferenças em torno da distribuição de renda em um contexto de retomada de políticas industriais no Brasil, implementadas tendo em vista reposicionar o setor industrial na economia brasileira.

Por fim, o trabalho reforça a relevância de analisar a distribuição funcional da renda em articulação com a dinâmica da força do trabalho e com as transformações institucionais mais amplas, especialmente em um contexto de retomada do debate sobre políticas industriais no Brasil. Como agenda futura de pesquisa, sugere-se aprofundar a análise a partir da incorporação de outros setores da economia, além de aprofundar e visualizar em perspectiva comparada as transformações

no segmento industrial brasileiro em relação às transformações econômicas e políticas em outros países.

Referências

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Plano Real.** Brasília, DF, 2024. Disponível em: http s://www.bcb.gov.br/controleinflacao/planoreal. Acesso em: 1 dez. 2024.

BELLUZZO, Luiz Gonzaga. Os anos do povo. *In*: SADER, Emir (org.). **Lula e Dilma: 10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2015. p. 168-179. E-book (Kindle).

BRASIL. Congresso Nacional do Brasil. **Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017**. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis n º 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho. Brasília, DF, 2017.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços. **Plano de Ação para a Neoindustrialização 2024-2026**. Brasília, DF, 2024.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Lançado há 20 anos, Plano Real acabou com a hiperinflação.** Brasília, DF, 2014. Disponível em: https://www.camara.leg.br/tv/437249-lancado-ha-20-anos-plano-real-acabou-com-a-hiperinflaca#:~:text=O%20real%20foi%20criado%20no,a%20infla%C3%A7%C3%A3o%20a%20n%C3%ADveis%20aceit%C3%A1veis. Acesso em: 1 dez. 2024.

CÁMARA IZQUIERDO, Sergio. The cyclical decline of the profit rate as the cause of crises in the United States (1947-2011). **Review of Radical Political Economics**, v. 45, n. 4, p. 463-471, 2013. Disponível em: https://doi.org/10.1177/0486613412475186. Acesso em: 28 jan. 2026.

DUMÉNIL, G; LÉVY. D. **The Economics of the Profit Rate**. Aldershot: Edward Elgar, 1993.

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS - FGV. **Índice de Preços ao Produtor Amplo (IPA)**. Disponível em: https://portalibre.fgv.br/ipa. Acesso em: 07 mar. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Pesquisa Industrial**

Anual. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/industria/9042-pesquisa-industrial-anual.html. Acesso em: 01 mar. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA)**. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/precos-e-custos/9256-indice-nacional-de-precos-ao-consumidor-amplo.html. Acesso em: 15 mar. 2025.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA. **Ipeadata**. Disponível em: http://www.ipeadata.gov.br/. Acesso em: 01 mar. 2025.

MARQUETTI, Adalmir Antonio; HOFF, Cecilia; MIEBACH, Alessandro. Profitability and distribution: the origin of the Brazilian economic and political crisis. **Latin American Perspectives**, v. 47, n. 1, p. 115-133, jan. 2020. Disponível em: https://doi.org/10.1177/0094582X19887751. Acesso em: 20 jul. 2025.

MARTINS, Guilherme Klein; RUGITSKY, Fernando. The long expansion and the profit squeeze: output and profit cycles in Brazil (1996-2016). **Review of Radical Political Economics**, v. 53, n. 3, p. 373-397, 2021. Disponível em: https://doi.org/10.1177/0486613420982083. Acesso em: 27 jan. 2026.

RAMOS, Lauro. A evolução da informalidade no Brasil metropolitano: 1991-2001. **Mercado de trabalho - conjuntura e análise**, n. 19, Brasília: IPEA/MTE, p. 51-6, jun. 2002.

WEISSKOPF, T. 1979. Marxian crisis theory and the rate of profit in the postwar US economy. **Cambridge Journal of Economics**, v. 3, n.4, p. 341-378.

WILLIAMSON, J. “What Washington Means by Policy Reform.” *In*: Williamson, J. (ed.), **Latin American Adjustment: How Much Has Happened?** Washington, DC: Institute for International Economics, 1990.